



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de __Doutoramento__

Unidade curricular

Direito Constitucional

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof Doutor Carlos Blanco de Morais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A Justiça Constitucional carece de enquadramento como componente da função jurisdicional ou como quarto poder do Estado.

Tendo deixado há muito de ser um “legislador negativo” na linha de pensamento de Kelsen, os Tribunais Constitucionais ultrapassaram o seu estatuto cassatório para vincarem o seu “status” de intérprete, poder corretivo e poder moderador dos restantes poderes do Estado, gerando relações de tensão de intensidade variável com esses poderes.

Procura-se, neste curso, examinar e avaliar o fenómeno descrito em diversos ordenamentos.

Os discentes devem possuir conhecimentos avançados de Direito Constitucional e Direito Administrativo

Conteúdos programáticos

. A Justiça Constitucional entre os demais poderes do Estado

2. O Princípio da Separação de poderes ainda é o que era?

3. Tipologia das tensões em sede de poderes do Estado protagonizadas pela Justiça Constitucional

4. Reserva de Lei e reserva de Jurisdição

5. As mutações constitucionais “impuras”

6. Da Controlabilidade das sentenças de inconstitucionalidade invasivas do conteúdo nuclear dos restantes poderes do estado

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Dois meses de aulas monologadas do regente, realização debates temáticos seguidos de exposições dos discentes e arguição do regente. Elaboração dos relatórios dos discentes.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

(máximo 3000 caracteres)

Bibliografia principal

Carlos Blanco de Moraes "Curso de Direito Constitucional", I, Coimbra, 2022
Carlos Blanco de Moraes "Justiça Constitucional I (2006) e II (2011), Coimbra
Carlos Blanco de Moraes "A Justiça Constitucional e as suas relações de tensão com os Demais Poderes do Estado" in AAVV "Processo Constitucional", Org. Luiz Marinoni-Ingo Sarlet, RT, S. Paulo, 2019.
Nuno Piçarra "A Separação de Poderes como Doutrina e como Princípio", Coimbra,
Nuno Piçarra " A Reserva de administração", "O Direito", 1990, II.
Paulo Otero "Manual de Direito Administrativo", I, Coimbra, 2013.
Marcelo Rebelo de Sousa -André Salgado de Matos "Direito Administrativo geral"-I, 2010
Sérvulo Correia-Francisco Paes Marques "noções de Direito Administrativo", Coimbra, 2021.
Pedro Gonçalves "Manual de Direito Administrativo", I, Coimbra, 2019.
J Reis Novais " O Princípio da separação de Poderes e os Limites à Competência Legislativa da Assembleia da República", Lisboa, 1997.

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course _____ Doctorate

Curricular unit

Constitutional Law

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Prof Doutor Carlos Blanco de Moraes

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

Constitutional justice lacks framing as a component of the jurisdictional function or as a fourth power of the state. Abandoned the frame of "negative legislator" in Kelsen's line of thought, constitutional courts have surpassed their cassatory status to bind their interpreter status, corrective power and moderating power of the remaining state functions , generating relations of variable tension with those powers.
In this course, we seek to examine and evaluate the phenomenon described in various juridical orders.

Syllabus

1. Constitutional justice among the other powers
2. Is the principle of separation of powers still what it was?



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Typology of tensions in the powers of the State starring the constitutional justice
4. Domains of Law and Jurisdiction
5. The “impure” constitutional mutations
6. The controllability of invasive unconstitutionality sentences

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit’s objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

Two months of classes of the Professor, conduction of thematic debates followed by the students' interventions.
Preparation of students' reports.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Main Bibliography

Carlos Blanco de Moraes “Curso de Direito Constitucional”, I, Coimbra, 2022
Carlos Blanco de Moraes “Justiça Constitucional I (2006) e II (2011), Coimbra
Carlos Blanco de Moraes “A Justiça Constitucional e as suas relações de tensão com os Demais Poderes do Estado” in AAVV “Processo Constitucional”, Org. Luiz Marinoni-Ingo Sarlet, RT, S. Paulo, 2019.
Nuno Piçarra “A Separação de Poderes como Doutrina e como Princípio”, Coimbra,
Nuno Piçarra “ A Reserva de administração”, “O Direito”, 1990, II.
Paulo Otero “Manual de Direito Administrativo”, I, Coimbra, 2013.
Marcelo Rebelo de Sousa -André Salgado de Matos “Direito Administrativo geral”-I, 2010
Sérvulo Correia-Francisco Paes Marques “noções de Direito Administrativo”, Coimbra, 2021.
Pedro Gonçalves “Manual de Direito Administrativo”, I, Coimbra, 2019.
J Reis Novais “ O princípio da separação de Poderes e os Limites à Competência Legislativa da Assembleia da República”, Lisboa, 1997.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.